

ADITAMENTO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado e de outro **HAIFA ADMINISTRADORA LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica n. 720785040001-35, com sede na Av. Brasil, n. 1670, Centro, Balneário Camboriú/SC, doravante denominados compromissários, têm entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

Considerando que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

Considerando a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Inquérito Civil SIG/MPSC nº 06.2012.00008135-1, finalizado por Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 35-41), acompanhado pelo Procedimento Administrativo n. 09.2015.9521-3;

Considerando o pedido formalizado pela Associação de Pais e Professores do CEM Giovania de Almeida, que pretende utilizar o equipamento

contêiner objeto do TAC originário (fls. 406-412);

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do artigo 25 e seguintes do Ato Ministerial nº 395/2018/PGJ, celebrar o presente **ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto alterar unicamente o compromisso n. XI, relativo à dação de contêiner, a fim de que o equipamento possa ser utilizado pelo CEM Giovania de Almeida nas atividades precípuas de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS

I.1 Altera-se unicamente o compromisso contido no item XI, ao qual adicionam-se os seguintes parágrafos:

§1º Alternativamente, o contêiner poderá ser utilizado pelo CEM Giovania de Almeida para desenvolvimento de suas atividades educacionais.

§2º Eventuais custos pelo transporte e instalação do equipamento na sede da escola serão arcados pela Associação de Pais e Professores ou pelo próprio orçamento do CEM, sendo que o transporte e instalação no novo local deverá ocorrer no prazo de 30 dias, a contar da assinatura do presente aditamento.

§3º A escola beneficiada deverá adotar medidas bastantes a conservar o bem indicado.

§4º Aqui, reconhece-se por adimplida a obrigação do item XI da compromissária Haifa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E assim, por estarem compromissados, firmam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e que terão eficácia de título executivo extrajudicial, para que surtam seus efeitos jurídicos.

Ficam as partes subscritas cientes de que este termo de ajuste de conduta tem por consequência o arquivamento do feito, do qual cabe recurso ao Conselho Superior do Ministério Público até a sua formal homologação.

Balneário Camboriú, 03 de fevereiro de 2021.

[assinatura eletrônica]

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES

Promotor de Justiça

Haifa Administradora

COMPROMISSÁRIO

APP CEM GIOVANIA ALMEIDA

BENEFICIÁRIO